

A CULTURA URBANA CONTEMPORÂNEA E OS ESTUDOS INTERDISCIPLINARES – O CASO DO PATRIMÔNIO CULTURAL LIGADO AOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS DOS ANOS 2010

Francisco Antônio Zorzo^(*)

RESUMO

Este artigo trata da cidade e do patrimônio cultural, em abordagem interdisciplinar, selecionando a questão da reconstrução dos estádios de futebol, que foram preparados para a Copa das Confederações de 2013 e para a Copa do Mundo de 2014. O presente estudo faz um mapeamento da crise e do debate sobre a preservação do patrimônio cultural ligado aos eventos esportivos internacionais, tendo como foco o caso do estádio da Fonte Nova em Salvador. As alterações no patrimônio cultural afetam o sentido de pertencimento de lugar e de tempo, a partir do qual se pode construir não apenas um sentido de convivência no espaço urbano, mas também formas de compreensão da realidade sociopolítica mais ampla.

Palavras-chave: Cultura urbana. Interdisciplinaridade. Patrimônio cultural.

ABSTRACT

This article treats the city and the cultural, in interdisciplinary approach, selecting the question of construction of football stadiums that were prepared for the Confederations Cup 2013 and World Cup 2014. The present study is a mapping of the crisis and the debate on the preservation of cultural heritage linked to international sporting events, focusing on the case of the Fonte Nova stadium in Salvador. Changes in cultural heritage affect the sense of belonging to place and time, in that which one can build not only a sense of living in urban areas, but also ways to see the socio-political reality in broad understanding.

Keywords: Urban culture. Interdisciplinarity. Cultural heritage.

1. Introdução

Abordar a cidade, segundo uma perspectiva interdisciplinar, permite uma compreensão ampliada e enriquecida de seus problemas empíricos e de suas questões teóricas. No presente trabalho, procura-se enfrentar o tema do patrimônio cultural urbano, levando em conta um aporte integrativo, com conhecimentos vindos de diversas áreas das humanidades, tais como o direito à cidade, a sociologia urbana, as ciências políticas e o urbanismo. Mais especificamente, este artigo vem refletir sobre a questão contemporânea do estatuto do

^(*) Instituto de Humanidades Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia (IHAC-UFBA). e-mail: fazfeira@gmail.com.

patrimônio frente à cultura urbana. Aqui, é colocada em discussão a noção de patrimônio cultural, a partir das transformações urbanas contemporâneas (ZORZO, 2013) promovidas em função dos megaeventos globais, tais como as Copas do Mundo e as Olimpíadas. Foi escolhido o caso da Bahia, para discutir a ação das políticas públicas que afetam a cultura, com base no processo de reconstrução do estádio da Fonte Nova em Salvador.

A questão do patrimônio é um reflexo da tensa relação entre a política e a cultura. Vale destacar que essa relação vem mudando significativamente, nas últimas décadas. Com a redemocratização, tanto se ampliaram os direitos culturais como mudou o exercício do poder frente à cultura. Desde aquele período, que foi marcado pela reformulação da Constituição em 1988, o modo de fazer as políticas públicas passou por transformações intensas. Essas novas formas políticas foram embaladas por uma demanda de participação social capitaneada pelos movimentos sociais, que os partidos brasileiros de esquerda prometiam resgatar. Mas, se esse empenho, por um lado, significou a institucionalização de direitos e formas de atuação política, por outro, veio acompanhado de grande frustração e de novas crises urbanas no momento posterior.

A história política brasileira nas últimas décadas explicitou mudanças no campo da relação dos governantes com a população. A reprodução social, cada vez mais, é pensada em termos comunicacionais e de indústria cultural. Como se sabe, a cultura popular foi sendo substituída por outra, a cultura do entretenimento e dos produtos midiáticos.

Em meio aos dilemas da cidade contemporânea, os megaeventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos têm sido oportunidades para a promoção das cidades-sedes, que, em geral, no caso brasileiro, são metrópoles com grandes demandas por melhorias urbanas. A presente comunicação vem analisar e discutir alguns efeitos das políticas públicas urbanas, no plano do patrimônio, a partir do caso da derrubada do complexo esportivo da Fonte Nova, em 2010, e da construção do novo caldeirão que foi, recentemente, inaugurado para a Copa das Confederações de 2013. Durante esse megaevento, em junho de 2013, ocorreram manifestações populares nas grandes cidades brasileiras, que sinalizaram para uma forte crítica aos privilégios dos negócios relativos à reconstrução das arenas, tais como a da Fonte Nova.

2. Patrimônio memória e política – construção do mito e demolição do estádio

O estádio olímpico da Fonte Nova foi ao chão em um domingo, 29 de agosto de 2010. Sua demolição foi um ato midiático amplamente divulgado no período eleitoral do mesmo ano, em que houve a campanha de reeleição do governador do Estado da Bahia.

A demolição da Fonte Nova foi aceita pela opinião pública soteropolitana, graças a uma decisão do governo estadual, que foi tomada logo após o incidente grave, em que ocorreu o desabamento de um segmento de arquibancada superior, com a morte de um pequeno grupo de torcedores. Sete pessoas morreram na queda de um pedaço da arquibancada da Fonte Nova, em 25 de novembro de 2007, durante um jogo do campeonato brasileiro. Essa falha, causada pela falta de manutenção do piso do estádio, no entanto, não comprometeu a estrutura do edifício, mas foi a justificativa para a demolição do velho templo do futebol baiano.

O Estádio Octávio Mangabeira, conhecido como Estádio da Fonte Nova, era uma das obras mais importantes de Diógenes Rebouças. Este arquiteto, que foi professor e diretor da Faculdade de Arquitetura da UFBA, é considerado um dos pioneiros e protagonistas do modernismo baiano. Durante a elaboração do projeto do Estádio da Fonte Nova, inaugurado em 28 de janeiro de 1951, Diógenes Rebouças teria contado com uma consultoria informal de alguns dos mais importantes arquitetos brasileiros, dentre os quais Oscar Niemeyer (ANDRADE JR, 2007). Quando houve a ampliação do estádio, o próprio Diógenes Rebouças desenvolveu o projeto de expansão, com a construção do anel superior, inaugurado em 1971.

Diferente do que ocorreu em outros Estados, no caso baiano, a derrubada do edifício modernista do estádio Octávio Mangabeira foi feita através de implosão, em ato explícito e retumbante. Na experiência internacional e de outras capitais brasileiras a adequação do equipamento esportivo aos padrões dos jogos da FIFA – Federação Internacional de Futebol, não significou demolição ou implosão do corpo do edifício. Exemplos não faltam, conforme Andrade Jr. (2007), como o Estádio de Monjuïc, em Barcelona, inaugurado em 1929 e requalificado pelo renomado arquiteto italiano Vittorio Gregotti para as Olimpíadas de 1992, ou o Estádio Olímpico de Berlim, inaugurado em 1936, que teria sido a principal referência arquitetônica de Rebouças no projeto da Fonte Nova, e que foi requalificado para a Copa do Mundo da Alemanha de 2006.

No Brasil, visando à Copa de 2014, as obras dos estádios das outras capitais atenderam a circunstâncias políticas e negociações diferentes das encontradas na Bahia. No Rio de Janeiro, houve protesto perante a operação da demolição do Maracanã, que não foi implodido, mas sim reconstruído parte a parte, para evitar um ato explícito de demolição que desagradasse ao público. Para ficar em mais um exemplo, no Rio Grande do Sul, nas negociações visando à Copa de 2014, os estádios envolvidos na operação foram dois, de um lado, um projeto de requalificação do Estádio do Beira-Rio (do Internacional), originalmente construído entre 1956 e 1969, visando adaptá-lo às normas da FIFA, com a implantação de

uma cobertura superior, de outro, a construção de um novo estádio (do Grêmio), em novo local, numa área periférica, ao norte de Porto Alegre.

Diversas entidades públicas baianas firmaram um manifesto contrário à demolição sumária do complexo esportivo da Fonte Nova.¹ Na avaliação das entidades signatárias do manifesto, era preciso respeitar o tombamento determinado pelo Conselho Nacional do IPHAN, de 1959, que preservava os conjuntos urbanísticos do centro da cidade de Salvador, entre os quais o Dique do Tororó e o estádio olímpico.



Figura 1 – Demolição do Estádio Fonte Nova em 2010 (Foto: Francisco A. Zorzo)

O manifesto foi muito explícito no sentido de recuperar as partes danificadas do antigo estádio e de manter a estrutura principal, pois ela era “perfeitamente recuperável e reaproveitável a baixo custo”. Segundo a avaliação dos órgãos competentes como o CREA e IAB, a geometria das arquibancadas e do gramado envolvido por um anel de atletismo permitia “perfeita visibilidade” dos jogos. Na avaliação das entidades signatárias do manifesto, a Fonte Nova era o “único complexo existente no Estado para servir a uma gama maior de modalidades esportivas, cumprindo melhor a função social dos recursos públicos

¹ As entidades signatárias do manifesto, entre as quais constam o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e o Instituto de Arquitetos da Bahia (a lista contempla os seguintes siglas: ABENC; ANEAC; IAB/BA; CREA-BA, CEB; Fórum A Cidade Também é Nossa; IBAPE; Movimento Vozes de Salvador, SENGE; SINARQ; GAMBÁ; GERMEM; UMP/BA; FABS), enunciaram: “Defendemos que o Governo do Estado da Bahia deve optar pela preservação do Complexo Esportivo da Fonte Nova e pela sua adaptação às exigências da FIFA, pois a manutenção da estrutura representará uma redução significativa do prazo de execução e uma economia [de recursos]” A mensagem intitulada “Posicionamento das Entidades contra a Demolição Total e pela Requalificação do Complexo Esportivo da Fonte Nova” foi enviada ao Governo do Estado da Bahia, em 11 de maio de 2010.

investidos”. Ou seja, a comunidade técnica e informada sabia que o projeto do novo caldeirão esportivo com a demolição do complexo esportivo levaria à perda de funções do equipamento no atendimento do atletismo e da natação.

Um dos aspectos mais prementes da demolição do estádio da Fonte Nova não se restringiu ao problema de engenharia (ver figura 1, que mostra como estava bastante preservada a estrutura principal da edificação antes da implosão), mas ao processo ideológico de remoção do ícone esportivo e de alteração do seu significado enquanto patrimônio cultural. O mito do complexo olímpico baiano, que levou mais de meio século para ser construído, sofreu um impacto irreversível. Além disso, o próprio modo de praticar a cultura de massa sofreu um giro na última década, que agora vem culminar com o novo formato de caldeirão esportivo. Quando se constata que o que está sendo desmontado é a concepção histórica do ícone e de um modo de praticar e vivenciar o esporte moderno, compreende-se melhor o grau de interferência do processo de renovação urbana em curso e o que ele representa quanto à inserção de Salvador nos fluxos da globalização.



Figura 2 – Vista da Obra da Arena da Fonte Nova em 2013 (Foto: Francisco A. Zorzo)

Quais serão os significados desse impactante ato simbólico? O próprio Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB-BA, afirmou que em lugar de propor a construção de um novo estádio para Salvador, “mais sensato, mais econômico e mais coerente seria requalificar o

Estádio da Fonte Nova, adaptando-o aos padrões esportivos internacionais atuais" (ANDRADE JR, 2007). As razões da reconstrução podem ser visualizadas em dois campos relativos à política cultural: o das campanhas midiáticas de espetacularização e de gozo e às operações urbanas consorciadas relacionadas a interesses empresariais.

Na medida em que a política mudou, passou-se a uma nova forma de exposição da imagem midiática do esporte, totalmente distinta da que se praticava há décadas atrás. Nesse sentido, talvez haja no processo de derrubada do grande estádio de futebol uma manipulação política do gozo, tal como foi conceituada na crítica do filósofo esloveno Slavoj Žižek (2010). Com a demolição do Fonte Nova, algo da modernidade baiana ou da sua imagem foi destruído. Mas, para além disso, parece haver uma ânsia em substituir o equipamento esportivo e cultural, que faz parte de um mecanismo perverso do qual participam muitos interessados.

As tendências de mudança vieram de fora da Bahia, mas foram acolhidas aqui pelas forças políticas vigentes que, diga-se de passagem, extrapolam a ação do governo do Estado da Bahia.² Tais forças políticas, percebendo que podem aproveitar a pressão pela mudança, tomam-na como se ela fosse gestada localmente. Mas é espantoso ver como a jogada está sendo armada para a Copa de 2014, sob o pretexto de que a visibilidade do campeonato mundial e da sua repercussão na mídia internacional passa por cima da economia e da vida cotidiana da cidade.

Por certo, haverá outros investimentos em vista, visando à Copa de 2014, em setores como o sistema de transporte, mas é o gramado de futebol que captará em cada capital brasileira o maior esforço de exibição do *upgrade* global. Talvez seja por isso que a destruição do estádio, que foi projetado pelo arquiteto modernista Diógenes Rebouças, está demonstrando algo decisivo do funcionamento da ideologia contemporânea e de como se articulam os interesses políticos com as motivações da população.

O fato serve para mostrar que os investimentos nos bens culturais, turísticos e esportivos, tendem a requerer, hoje, um complemento no sentido de extrair uma contrapartida social. A obra, que acarreta um sacrifício econômico da ordem de um bilhão de reais, e que excitou a opinião pública com a implosão e a reinauguração, vai ser, futuramente, sustentada pela comunidade de torcedores e pelo público espectador, através de um conjunto de práticas e representações voltadas ao prazer de uns e à aflição de outros. Essas inúmeras práticas culturais relativas ao gozo, que atingem a todos, compreendem a piada futebolística, os rituais

² O argumento central do presente trabalho advém do artigo do autor desta comunicação, que foi publicado em *A Tarde*, em 26 de Agosto de 2010, sob o título "A derrubada do mito da Fonte Nova".

de torcida, os xingamentos do público, as ondas de emoção violenta nos estádios, a produção de manchetes e as coberturas de televisão e até os efeitos dos prováveis engarrafamentos na zona central.

Nesse sentimento, que foi disseminado por campanha de opinião pública, surge a incitação à adesão e o aplauso à construção de um estádio substituto, assim como tem dado lugar para a reação e algumas vaias. Isso se comunica bem nos meios visuais, como se sabe. Quando emerge uma reação racional contrária à demolição do velho ícone, a bandeira foi a crítica à destruição do patrimônio arquitetônico e aos custos elevados de construção da nova arena. Mas o problema é que essa reação não chegou a demover a opinião geral em curso, por mais autêntica que pudesse se mostrar por parte de entidades competentes, pois naufraga no conservadorismo de um hegemônico imaginário social.

Apesar do luto, a tendência ao exibicionismo foi o estopim em favor da renovação do estádio de futebol e ao melancólico adeus do estádio modernista. O estádio, que agonizava nos últimos três anos, recebeu a pá de cal na iminência do próximo campeonato internacional, fato que desencadeou os rápidos acordos políticos para a construção do futuro caldeirão. Nesse suspiro, torna-se intenso, no outro lado da balança, o gozo do público de participar de um espetáculo novo, seja pela via da farsa ou pela identificação com pretensos ideais pós-modernos.

3. Política, futebol, gozo e impacto simbólico da demolição do estádio e reconstrução da Arena

Na reconstrução do equipamento esportivo, com vistas à Copa das Confederações de 2013, à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016, há uma reorganização das formas de apropriação e rearranjo dos modelos culturais. O jogo político que avança sobre o campo cultural ficou muito explícito no episódio da demolição do Otávio Mangabeira e na construção do caldeirão da Fonte Nova. É possível perceber que as políticas culturais atingem as práticas esportivas e de entretenimento.



Figura 3 – Propaganda da Arena da Fonte Nova em 2013 (Foto: Francisco A. Zorzo)

Por certo, não há pontos fixos no patrimônio cultural. Recriam-se os demarcadores, são negociadas as reformas e a comunicação avança sobre os bens simbólicos sob o jogo político, movimentando as possibilidades identitárias e as enormes expectativas do convívio que a cidade oferece sob o efeito do espetáculo. A propaganda oficial da inauguração da Arena Fonte Nova (ver figura 3) é retumbante, no sentido de dar protagonismo ao Governo do Estado da Bahia, exagerando no apelo público e na visibilidade da obra esportiva.

Ao longo da história do país, nos séculos XX e XXI, pode-se perceber a estreita relação das políticas nacionais de patrimônio com os projetos de produção da identidade nacional (SANTOS; SEVERINO, 2010). Tendo como mediação o entretenimento de massa, o futebol constitui-se num elemento marcante da construção da cultura urbana brasileira. As transformações da cultura brasileira foram movimentadas pelo crescente processo de urbanização, de modo que cada modelo de gestão pública idealizou um “retrato” da nação brasileira e se utilizou das políticas de preservação e registro da memória como referências da face da sociedade que interessava ao projeto político em curso.

A Arena Fonte Nova foi inaugurada em jogo, no dia 7 de abril de 2013, após a solenidade feita para a mídia, no dia anterior, em que a presidente Dilma Rousseff, acompanhada pelo governador da Bahia, Jaques Wagner, literalmente “chutou a bola” perante as câmeras. Tamaña foi a campanha publicitária da parte do governo na cobertura do evento estreia da Arena que, para a compra dos bilhetes do primeiro jogo do BA-VI, Bahia X Vitória,

os torcedores baianos fizeram um tumulto que requereu a intervenção da polícia, com emprego de força e gás lacrimogêneo.

Além dessa incitação midiática, o futebol passou a incorporar, cada vez mais, nas últimas décadas, o espectador das classes médias. Esperadas mudanças no *layout* dos estádios foram sendo preparadas. No caso baiano, a morte de alguns torcedores que caíram da arquibancada que ruiu por falta de manutenção foi elevada a calamidade pública, não pelo fato do acidente em si, mas por um efeito de discurso de poder sobre a opinião pública, visando visibilidade nas campanhas eleitorais. A política brasileira, por conta de um efeito pragmático e ideológico, baseado no sistema eleitoral e no sistema de pesquisa de opinião, leva a efeitos que merecem ser observados no plano da cultura. O gozo esportivo foi sendo promovido acima da defesa do patrimônio. O problema, quando se segue uma política cultural derivada do imediatismo, do consumo, do entretenimento e das demandas particularmente excitantes do eleitorado, é que isso coloca em crise a memória.

No caso da Bahia, segundo autores como Santos Neto (2012), a polaridade entre o velho e o novo está muito “encarnada” na cultura soteropolitana. Muitas intervenções urbanas foram marcadas “pela propaganda que utilizou à exaustão o elogio do novo lugar e a inevitável redução do antigo à condição de um traste sem perspectiva”. Esse modo de ataque à memória, por exemplo, foi praticado no início da década de 1970, na construção do novo centro administrativo, CAB, em contraposição ao centro histórico da cidade, mas também no caso da inauguração, nos anos de 1990, de parte do Pelourinho em relação ao grande casco antigo da cidade (SANTOS NETO, 2012, p. 184-186).

Bonfim (2011) considera que a intervenção no Pelourinho, na década de 1990, visava atrair, para a área renovada do Centro Histórico de Salvador, novas atividades econômicas orientadas para o turismo e para o lazer, com apelo ao consumo. O Pelourinho transformou-se num “produto” a ser visto, visitado e vendido, ou seja, a restauração foi uma política de apelo cultural, sustentada pela sua monumentalidade histórica e arquitetura de espetáculo, e representada pelas praças de alimentação e festa internas aos quarteirões, pelo colorido das fachadas e por casas de show. A intervenção do Governo da Bahia através do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (1991-1994) prolongou-se em outras ações, como o Projeto Pelourinho Dia & Noite. Coordenado pela Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia desde 1995, gerido inicialmente pelo IPAC e depois, em 1999, pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, o Projeto Pelourinho Dia & Noite visava promover eventos culturais que têm atraído um grande fluxo, com uma programação que realizaria cerca de 120 eventos por ano no centro histórico.

No Brasil, o padrão das revitalizações urbanas e das reconstruções de equipamentos coletivos, como o Maracanã e a Fonte Nova, tornou-se possível por conta da falta de uma educação patrimonial que garantisse os direitos culturais da população. Como são permitidos certos atos que afrontam a memória e o patrimônio cultural? Segundo Telles (2010) “[...] o conhecimento do alcance e das limitações dos instrumentos jurídicos de proteção ao patrimônio cultural – principalmente tombamento e registro – é condição *sine qua non* para a consecução de uma política pública bem-sucedida neste setor”. Quer dizer, é necessário saber como funcionam estes instrumentos jurídicos para aplicá-los, “não apenas corretamente, mas, sobretudo, estrategicamente”. Esse autor sugere a superação da cisão nas lutas de defesa do patrimônio, ou seja, das políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio, que devem se reaproximar, tendo em vista a utilização articulada dos seus instrumentos de proteção.

Tomando como exemplo o caso do Rio de Janeiro, Telles (2010) avaliou o processo de reforma do estádio do Maracanã em que se suprimiu a geral. A retirada da geral, que era um elemento fundamental para o uso desse patrimônio cultural afetou profundamente o sentido da prática da torcida e da vivência do esporte. O estudo de Telles (2010), que investigou a reforma do Maracanã, em momento anterior à sua reconstrução total ocorrida recentemente, evidencia os dilemas da política de patrimônio no Brasil. A falha da política do patrimônio residiu, naquele caso, na cisão explícita entre as duas vertentes, a do patrimônio material e do patrimônio imaterial. Procurava-se preservar o partido arquitetônico, mas se aceitava a mutilação da prática cultural.

Como também notou Carlos Vainer (2010) para o caso do Rio de Janeiro, parece não haver dúvidas de que estamos vivendo hoje o resultado de um processo lento, complexo, porém continuado, de constituição de um bloco hegemônico que vem oferecer um novo projeto à “cidade em crise”, desde os anos de 1980. A realização da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 constitui o desenlace da trajetória ao longo da qual uma nova concepção de cidade e de planejamento urbano se impôs e que expressa a consolidação de uma nova coalizão de poder. Quando se examina a evolução recente da legislação e das práticas urbanísticas no Brasil, não é difícil encontrar a forma legal da proposta de flexibilização: é a operação urbana, conforme se lê no Estatuto da Cidade.

O uso das operações urbanas na forma da PPP, parceria público-privada, veio legalizar, autorizar e consolidar a prática da exceção legal, como no caso da demolição de bens tombados. Segundo Vainer, os megaeventos realizam de maneira plena e intensa, a “cidade da exceção”. Nesta cidade, em que poderes são transferidos a grupos de interesse empresarial, tudo passa ao largo dos mecanismos formais-institucionais, pois “não se sabe

quem nem quando teria sido formulado e aprovado o Plano Olímpico do Rio de Janeiro”. Nas redes de poder e correias de transmissão paralelas que constituem a lógica de financiamento das parcerias público-privadas, “a cidade de exceção se conforma também como democracia direta do capital” (VAINER, 2010).



Figura 4 – Críticas à Copa e ao processo de construção da Arena da Fonte Nova
(Foto das manifestações de 20 de junho de 2013. Autor: Francisco A. Zorzo)

Seguindo essa crítica à PPP, que foi aplicada para realizar a reconstrução da Fonte Nova,³ pode-se considerar que tais ações de gestão urbano-cultural, usadas pelos promotores do processo de espetacularização urbana, geram a uniformização e a padronização de espaços urbanos nas grandes cidades. A fórmula da “cidade-espetáculo”, segundo Jacques (2010), passou a ser conhecida de todos os discursos contemporâneos: “intervenções nos centros históricos, que se tornam receptáculos de turistas, e construção de novos bairros fechados, nas áreas de expansão, que se tornam produtos para a especulação imobiliária”. Muitas vezes os atores e patrocinadores destas propostas formam os mesmos grupos de interesse, assim como ocorrem comumente a gentrificação e a “não participação” da população em suas formulações

³ A contratação do Governo da Bahia é em regime de Parceria Público-Privada (PPP). O responsável pela obra foi o consórcio formado pelas construtoras Odebrecht e OAS, também responsável pelo projeto de demolição, reconstrução e gestão da operação e manutenção do estádio da Fonte Nova. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/>>. O valor da PPP da Fonte Nova nas avaliações prévias à obra alcançou R\$ 668 milhões. Fonte: <http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/ppp/projeto_fontenova.htm>. Acesso em: 29 abr. 2013.

(o envolvimento do público ocorre na forma de uma torcida), tendo como resultado final “a mercantilização espetacular das cidades”.

O episódio da crítica à reconstrução da Fonte Nova não passou imune. As manifestações populares, ocorridas em junho de 2013, reclamaram explicitamente do dispêndio de recursos públicos, segregação espacial e favorecimento dos empreendimentos de megaeventos. A população de Salvador foi às ruas durante a Copa das Confederações com mensagens tais como: “Fora FIFA!”, “Queremos Educação padrão FIFA”, “Estádios já temos, agora só falta construir um país em volta”. Conforme se vê na figura 4, as manifestações ocorreram nos dias de jogos da Copa, seguindo em direção à Arena, que, por sua vez, foi protegida por barreiras da Polícia Militar.

4. Considerações finais

O presente estudo destaca a manipulação dos bens culturais em função do entretenimento e do turismo relativo aos megaeventos. A confluência dos interesses políticos e empresariais na reconstrução da Fonte Nova determinada pela revalorização do equipamento parece estar assegurada, ao menos no plano da PPP, pela viabilidade e rápida recuperação do capital investido. A atividade cultural e turística contaria com a valorização do equipamento, apesar da derrubada do monumento. Isso traria uma transformação para a zona em que o novo caldeirão está inserido, equiparando-o às obras feitas em outros Estados.

O episódio da demolição do estádio olímpico da Fonte Nova e da reconstrução da nova Arena incorpora duas tendências políticas opostas, que representam visões diferenciadas de sociedade e cidadania. De um lado, o governo estadual exibiu a face de discurso político que oportunizou o momento da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016, pretendendo mostrar uma imagem progressista e creditando à cidade melhores possibilidades de participar do grupo das capitais-sedes dos eventos esportivos globais. De outro lado, instituições como o CREA, a Escola de Arquitetura da UFBA e outras reagiram no sentido de demandar a democratização das relações de poder e, conseqüentemente, criar condições para a efetivação da gestão democrática do território, preservando o patrimônio cultural.

Em outras palavras, o episódio colocou as políticas culturais de promoção do entretenimento em choque com as políticas de preservação dos monumentos e do patrimônio. De um lado, o espaço local foi concebido como instrumento de racionalização econômica e eixo estratégico de exibição de ação política perante a opinião pública massificada. De outro, a concepção de cidade que deveria ser pensada como uma entidade mais estável, que requer entes históricos e culturais para preservar práticas culturais e monumentos arquitetônicos.

A obra da reconstrução da Fonte Nova, inaugurada em abril de 2012, vem mostrar que a primeira tendência tem se imposto. Dada a profunda imbricação entre as escalas de poder e o projeto de internacionalização da economia, a sociedade civil organizada não conseguiu enfrentar a forte privatização que acompanha os padrões de financiamento das PPP e garantir os direitos culturais relativos à preservação do patrimônio. As mazelas da gestão urbano-regional tendem a ser encobertas por obras de impacto no imaginário social atual, em detrimento do patrimônio cultural e da memória coletiva. De fato, episódios como o aqui retratado atendem à lógica que hoje controla a produção global do espaço urbano.

A demolição do monumento arquitetônico modernista e a construção da nova Arena podem ser entendidas como um palco de disputas na configuração do patrimônio cultural da baianidade. O evento de implosão da Fonte Nova também serve para se ver como a imagem interna da capital da Bahia e a imagem externa do Estado são produzidas de modo distinto, mas conjugado. Reforma-se a primeira em função do apelo de um olhar externo, numa espécie de espelho de vitrine.

O estádio Octávio Mangabeira foi uma matriz heroica que acabou sendo ultrapassada pelo tempo? Apesar do eco dessa sentença sem resposta, o que parece ser requerido hoje é outra galeria de ídolos. A baianidade se reinventará, enquanto surfa a onda global do espetáculo midiático? Fica a questão: haverá uma reinvenção da tradição ou simples acomodação aos desígnios da ideologia abusiva do mercado atual? Este é o questionamento que a presente comunicação, redigida com um enfoque interdisciplinar, gostaria de deixar para uma reflexão continuada sobre o patrimônio cultural na contemporaneidade, submetido que está às tensões entre o local e o global.

Referências

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Estádio da Fonte Nova: crônica (antecipada) de uma morte anunciada. **Minha Cidade**, São Paulo, ano 08, n. 088.03, Vitruvius, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.088/1911>>. Acesso em: 2 dez. 2007.

BONFIM, Juarez Duarte. Cultura de mercado e mercado de cultura: O novo e o velho Centro da Cidade do Salvador. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 7., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: Enecult, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. Notas sobre cidade e cultura. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata. (Orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: Edufba, 2010. p.161-166.

SANTOS, Adalberto Silva; SEVERINO, José Roberto. **Políticas culturais em revista**, Salvador, n.1, v.3, p. 1-4, 2010.

SANTOS NETO, Isaias de Carvalho. **Memória urbana**: poética para uma cidade. Salvador: Edufba, 2012.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. **Proteção ao patrimônio cultural brasileiro**: análise da articulação entre tombamento e registro. 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2010.

VAINER, Carlos. **Cidade de exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <<http://www.opp.ufc.br/urbano04.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ZORZO, Francisco Antônio. Cultura e patrimônio: reflexões sobre a reconstrução do Estádio da Fonte Nova em Salvador. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 9., 2013, Salvador. **Anais...** Salvador: Enecult, 2013.